

# A Mística Trinitária

Prof. Dr. Lisaneos Prates

## RESUMO

*A afirmação do cristianismo sobre a unidade trinitária que caracteriza o Deus revelado faz parte do conteúdo nuclear da fé cristã. Esta não é uma asseveração abstrata, mas, resultante de uma experiência histórica que foi sendo elaborada ao longo de séculos conforme o caminhar da Igreja. Nesta nossa reflexão queremos colocar em destaque a intrínseca relação entre a teologia trinitária e a mística trinitária partindo da convicção de que teologia e mística são distintas, porém, inseparáveis na tradição do pensamento cristão.*

*Palavras-Chave: mística trinitária, revelação, teologia trinitária.*

## ABSTRACT

*The Christianity affirmation about the Trinitarian unit that characterize the disclosed God, take part of the nuclear content of the Christian faith. This is not an abstract affirmation but, resultant of a historical experience that was being worked out along centuries in accordance with the Church path. In this reflection, we want to highlight the intrinsic relation between the Trinitarian theology, and the Trinitarian mystic from the conviction that theology and mystic are distinct, however, un-separable in the tradition of the Christian though.*

*Key-words: Trinitarian mystic, revelation and Trinitarian theology.*

## INTRODUÇÃO

Uma reflexão em torno da mística trinitária implica no reconhecimento epistemológico e hermenêutico da relação entre a teologia trinitária e a mística cristã em torno do Mistério Trinitário de Deus. Portanto não podemos perder de vista a relação implicante entre o Mistério Trinitário pensado no âmbito da

reflexão teológica e dito Mistério experienciado. Sendo assim, ao falarmos de mística trinitária, estamos fazendo referência a uma configuração histórica específica da experiência cristã de Deus situada num contexto histórico especificado e marcado pelas mediações históricas de uma época.

Na atualidade da reflexão teológico-espiritual do Deus cristão, tem-se colocado o acento na expressão *Experiência de Deus* como chave de leitura para se compreender a pluralidade e a unidade da experiência cristã de Deus acontecida ao longo da história da Igreja. A mística trinitária então, pode ser entendida como sendo um modo configurado na história da Igreja de se fazer a “experiência trinitária” de Deus dentro da tradição cristã.

Ao longo da nossa reflexão queremos desenvolver a idéia teológica de que a experiência cristã de Deus é eminentemente trinitária e, sendo assim, toda a elaboração teológica do pensamento cristão também é trinitária. Seguiremos os seguintes pontos:

## **SIGNIFICÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE TEOLOGIA TRINITÁRIA E EXPERIÊNCIA TRINITÁRIA DE DEUS**

### **1. A experiência reveladora do Mistério Trinitário e sua elaboração teológica**

A reflexão teológica é sempre uma tentativa de se compreender os conteúdos da fé cristã, os quais foram sendo definidos dentro de um longo processo de elaboração doutrinária até chegar à configuração que temos hoje. Dita elaboração do pensamento teológico dentro da tradição cristã tem como conteúdo determinante o Mistério Trinitário de Deus. Pensamos que a possibilidade e a autenticidade de uma teologia trinitária está no fato de que seja expressão epistemológica de uma experiência de tal Mistério no âmbito da fé. Se o exercício do pensar teologicamente pode ser expresso como *“fides quaerens intellectum”* no horizonte da busca aproximada da grandeza do Mistério, é porque existe um conteúdo experiencial e existencial, histórico e eclesial que sugere e possibilita esta elaboração.

O primado da experiência do Mistério Trinitário o qual qualifica e dá mesmo consistência ao conteúdo teológico elaborado é regido pelo conceito de Revelação histórica. Ou seja, é a revelação histórico-salvífico-libertadora do Deus Trindade que qualifica a experiência à luz da fé. Assim, toda a

Revelação de Deus que pode ser experienciada pelo ser humano tem uma estrutura trinitária implícita e explícita, latente e patente. Certamente que todo este caminho experiencial da Revelação do Deus trinitário tem como ponto de arranque o fato histórico-salvífico radicado na pessoa de Jesus Cristo como evento revelador da identidade do Deus Uno e Trino. É por isso que a evolução histórico-digmática dos primeiros séculos se dá em torno da definição da identidade de Jesus Cristo e, concomitantemente da definição do Mistério Trinitário. É a conhecida co-implicação entre o dogma cristológico e o dogma trinitário, – vale dizer entre cristologia e teologia trinitária. Neste sentido, se o cristianismo é fundamentalmente cristocêntrico e cristológico, se o seu núcleo de conteúdo experiencial e doutrinário é resultante da emergência histórica de Jesus de Nazaré, dele mesmo se abre um horizonte caracterizado por um tipo de unidade e circularidade do Mistério Trinitário. Só assim é possível que seja afirmada a unidade trinitária e a diversidade una em Deus. Nesta linha de pensamento podemos afirmar que entre o Deus revelado em Jesus Cristo como Pai, Filho e Espírito Santo e as sucessivas formulações dogmáticas condensadas na expressão “uma natureza, três pessoas”, há um longo caminho que caracteriza o processo de elaboração doutrinária.<sup>1</sup>

Na linha do nosso pensamento, na história do cristianismo e no cristianismo histórico se dá a passagem de um cristocentrismo a um “unotriocentrismo” ou “triuocentrismo”, verificando-se assim a possibilidade de se afirmar que o Mistério da Santíssima Trindade é o Mistério central da fé cristã<sup>2</sup>. Esta centralidade do Mistério Trinitário na experiência histórica da fé

<sup>1</sup> Nesta perspectiva é bastante pertinente a afirmação de Leonardo Boff: “A doutrina trinitária representa a elaboração humana e sistemática acerca da realidade transubjetiva da Santíssima Trindade. A doutrina supõe a revelação da Santíssima Trindade enquanto Trindade e significa o esforço humano e rigoroso de aprofundamento deste mistério. Neste sentido, a doutrina trinitária possui sua longa história, com várias tendências, caracterizado pelo acúmulo imenso de reflexões, desvios e definições dogmáticas que a comunidade de fé estabeleceu durante os séculos”, Cf., BOFF, Leonardo. *A Trindade e a sociedade*, Petrópolis: Vozes, 1987, p. 40.

<sup>2</sup> “De modo muito geral podemos dizer aqui: O mistério trinitário é simplesmente o mistério central do cristianismo, enquanto o próprio Deus se exprimiu a si mesmo na revelação salvífica definitiva, de tal modo que na experiência e no conhecimento conseqüente sobre a ação salvífica definitiva de Deus (no evento de Cristo), conheçamos ao mesmo tempo o próprio Deus, como ele é ‘em si’. Pois a presença salvífica de Deus (‘Emanuel’) comunicada a nós no evento (total) de Cristo, é ao mesmo tempo a autocomunicação definitiva de Deus em sentido absoluto enquanto esse Deus-para-nós, respectivamente Deus-conosco, é realmente também o Deus em sua plenitude. A revelação da Trindade, da qual se trata na fé cristã, e

cristã somente é possível ser afirmada a partir da fé, mediação de acesso à Revelação de Deus, já que no cristianismo a Revelação da Trindade é a revelação definitiva da identidade propriamente dita de Deus. O evento histórico pontualizado em Jesus Cristo é o referencial no qual é possível se ter acesso ao sentido pleno da Revelação da Trindade. Sendo assim, Jesus Cristo é o revelador por excelência do Mistério Trinitário e por isso, a tradição experiencial cristã e a teologia cristã ao longo da história, têm procurado explicitar tal afirmação. A centralidade da Trindade na fé cristã portanto, pode ser entendida a partir da asseveração de que Jesus Cristo se manifesta como “auto-revelação” ou seja, nele revela-se a identidade mesma do Filho, definida na fé cristã como sendo a segunda pessoa do Mistério Trinitário. Como também pode ser entendida a partir da afirmação de que nele manifesta-se e revela-se à identidade do Pai definida como sendo a primeira pessoa trinitária. Ainda segundo a tradição da fé cristã em Jesus Cristo, manifesta-se e revela-se a identidade do Espírito Santo definida como terceira pessoa do Mistério Trinitário. Seguindo esta lógica de pensamento podemos dizer que se é certo que o cristianismo em última instância radica-se na pessoa histórica de Jesus de Nazaré e, se nele manifesta-se e revela-se o Mistério Trinitário de Deus, tal mistério ocupa o lugar central e dá o verdadeiro sentido e identidade ao cristianismo como uma original experiência mística de Deus.

A forma como no cristianismo se concebe a dinâmica reveladora da salvação de Deus na história, é evolutiva e progressiva nos moldes de uma autodoação do único Deus que é Pai, Filho e Espírito Santo. Como pressuposto desta maneira de se compreender tal dinâmica reveladora encontra-se o fato de que o evento da Revelação do Mistério de Deus é estruturalmente trinitário. Sendo assim, as etapas históricas da salvação têm sempre uma configuração trinitária, já que nenhuma Pessoa Divina atua à revelia da outra na sua ação *ad extra*. Os grandes mistérios reveladores da identidade do Deus cristão, tais como, Criação, Encarnação, Páscoa e Pentecostes têm uma configuração teológica numa ordem trinitária. O que se pode constatar na Revelação de Deus é o “papel principal” desempenhado por uma das pessoas do Mistério Trinitário porém, sempre em comunhão com as outras. Esta ação que podemos denominar “ação singular de cada

---

somente nela, é antes de tudo a revelação definitiva de Deus, a autocomunicação de Deus, absoluta e propriamente dita”, cf., SCHULTE, Raphael. A auto-revelação do Deus Trino, in *Mysterium Salutis II/1*, Petrópolis: Vozes, 1978, p. 46.

pessoa”, é o que indica a identidade pessoal de cada uma delas, fazendo com que o Pai tenha um jeito próprio de ser e agir, como também o Filho e o Espírito Santo.<sup>3</sup>

Na raiz da experiência reveladora de Deus na história aparece a absoluta radicalidade da gratuidade de sua iniciativa e, por isso podemos afirmar que a Revelação é o resultado de tal iniciativa de Deus o qual vem ao encontro do ser humano e por amor, revela-se e ao se revelar se doa a si mesmo. Esta semântica teológica da Revelação coloca-a no horizonte da sua gratuidade e não da sua necessidade. Isto significa dizer que a Revelação é consequência de um desígnio deliberado da vontade de Deus se revelar ao ser humano dentro da sua própria história. Assim, Revelação quer traduzir a manifestação livre de Deus – auto-manifestação – ao ser humano situado na história. Tal manifestação de Deus é gratuita, nova e chamativa para que o ser humano, a partir da mediação da fé seja partícipe de sua vida. Esta perspectiva foi realçada na beleza do texto do Concílio Vaticano II que indicamos a seguir:

Aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério de sua vontade (cf. Ef 1,9) segundo os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina (cf. Ef 2,18; 2Pd 1,4). Em virtude desta revelação, Deus invisível (cf. Cl 1,15; 1Tm 1,17) na riqueza do seu amor, fala aos homens como amigos (cf. Ex 33,11; Jo 15,14-15) e convive com eles (cf. Br 3,38) para os convidar a admitir a

---

<sup>3</sup> Na linha desta proposta compreensiva é sumamente importante a afirmação seguinte: “Enquanto a revelação de Deus não é entendida como auto-revelação, ainda não surge expressamente o problema da autodiferenciação em Deus, refletida na doutrina da Trindade que apenas age poderosamente na História, mas está presente como ele mesmo. Em perspectiva sistemática, a fé no Deus triúno é consequência da auto-revelação e autocomunicação de Deus na História; ela se articula onde se percebe, de forma mais ou menos expressa, que Deus se encontra com os seres humanos como ele mesmo – na Palavra humanizada – e lhes revela nesse encontro, o seu mais íntimo ser, onde se concebe, além disso, que no agir do Espírito se consuma essa auto-revelação de Deus com a concessão de participação na redentora comunhão com Deus, o próprio Deus se dá aos seres humanos. Quando se fala da auto-revelação de Deus, tem que se dizer que Deus é sua comunicação, que em comunicações meramente criaturas ele não se pode mostrar como ele mesmo”, Cf., WERBICK, Jürgen. O Deus Trino como plenitude da vida in SCHENIDER, Theodor (Org.). Manual de Dogmática, Vol. II, Petrópolis: Vozes, 2001, p. 433s.

comunhão com Ele. Esta 'economia' da revelação realiza-se por meio de ações e palavras intimamente relacionadas entre si, de tal maneira que as obras, realizadas por Deus na história da salvação, manifestam e confirmam a doutrina e as realidades significadas pelas palavras; e as palavras, por sua vez, declaram as obras e esclarecem o mistério nelas contido. Porém, a verdade profunda tanto a respeito de Deus como a respeito da salvação dos homens, manifesta-se-nos, por esta revelação em Cristo que é simultaneamente, o mediador e a plenitude de toda revelação (cf. Dei Verbum, 2).

Seguindo a trilha do texto acima indicado, na Revelação do Mistério Trinitário estão implicados três elementos determinantes:

1º.) Deus que se revela: a iniciativa gratuita de Deus que se auto-revela. Sendo assim, a sua manifestação não é concebida como necessária, devida ou obrigatória, mas gratuita;

2º.) O ser humano capaz de acolher a Revelação: o ser humano é interlocutor de Deus; sendo assim, faz-se necessário que o mesmo seja capaz de acolher essa Revelação e de dar uma resposta a partir da liberdade na fé;

3º.) Conteúdo objetivo: não se pode entender a Revelação como algo vazio sem que tenha um conteúdo a ser transmitido, o qual é o próprio Mistério Trinitário de Deus.

Esta teologia trinitária vista até aqui está calcada numa tipologia experiencial que é reveladora do Mistério Trinitário e radicada em Jesus Cristo. Do ponto de vista metodológico podemos dizer que tal experiência antecede àquilo que foi possível ter sido elaborado teologicamente. Ou seja, a experiência trinitária feita por Jesus Cristo é em última instância, o critério para se fazer a experiência mística do Mistério Trinitário<sup>4</sup>. Sendo assim, de uma experiência mística que tem seu ponto de arranque no mistério de Jesus

---

<sup>4</sup> “Devemos sempre opor-nos ao equívoco intelectualístico como se Jesus mesmo tivesse fornecido à doutrina cristã apenas incícios fracos pouco claros, ao passo que a verdade genuína e plena apenas teria sido definida pela Igreja posterior. Na realidade vale o contrário: Jesus revelou por sua palavra e obra, toda a verdade definitiva, sendo que todas explicações posteriores não passam de tentativas para melhor exprimir em conceitos um e outro aspecto parcial do processo da revelação”, Cf., SCHIERSE, Franz Josef. A revelação trinitária neotestamentária, in *Misterium Salutis* II/1, Petrópolis 1978, p. 85.

Cristo, passamos a uma mística que chega ao coração do Mistério Trinitário de Deus.<sup>5</sup>

## 2. A semântica da experiência trinitária de Deus

A expressão “experiência de Deus” vinculada ao sentido da “mística trinitária” requer um esclarecimento da sua significância por ser uma expressão implicante e complexa. A semântica da experiência de Deus tem uma importância vital e existencial por acompanhar o dinamismo histórico expresso na variedade de configurações espirituais do cristianismo. A experiência de Deus é subjacente a todas as modalidades históricas da espiritualidade cristã, dentre elas, a modalidade mística. No substrato – vale dizer por debaixo – de toda configuração histórica da espiritualidade cristã, que se encontra a experiência de Deus como algo original. A primeira formulação cristã da experiência de Deus denomina-se martirial, a segunda ascética, a terceira mística e a quarta espiritualidade. No conteúdo complexo que condensa a experiência de Deus faz-se necessário buscar o sentido do termo “experiência” e do vocábulo “Deus”, por serem termos que não têm um sentido propriamente imediato ou apriorístico e portanto, requerem a necessidade de uma explicitação a posteriori.

Numa primeira aproximação semântica a “experiência” pode ser captada como conceito filosófico referenciado à seguinte definição tomista: *“experientia autem fit ex multis memoriis = a experiência vem da memória de muitas coisas”* (S. Th. 1, q.54, a.5.2). Em princípio, esta definição de Santo Tomás pode ser vista como algo meramente abstrato. Não podemos perder de vista que Tomás de Aquino além de ser devedor do pensamento filosófico de cunho aristotélico, tem no seu projeto epistemológico e hermenêutico um

---

<sup>5</sup> Esta experiência mística da fé cristã e trinitária seria resultante do seguinte itinerário: “A experiência da fé contemplou o Pai, viu o Filho e saboreou o Espírito Santo, auto-comunicando-se com Jesus. Chamou aos três de Deus. Com isso não quis multiplicar Deus, mas mostrar o caráter de comunhão, presente na realidade divina. A Igreja antiga não se apercebeu logo dos problemas que estavam aí implicados, especialmente como combinar a unidade com a trindade. Sem a pretensão de aprofundar a questão, importa reter esta constatação: a experiência da fé não partiu da unidade de Deus. Experimentou a diversidade em Deus. Viveu Deus como família, como comunhão e inter-retro-relação de Pai, Filho e Espírito Santo. Venerou os Três como Deus. Não especulou ainda em termos concisos o relacionamento entre eles”, Cf., BOFF, Leonardo. *Experimentar Deus. A transparência de todas as coisas*, Campinas: Verus Editora, 2002, p. 133s.

horizonte notadamente teológico. E por isso é sumamente interessante que o seu conceito de experiência seja multiforme ou pluriforme no sentido de que a mesma vai sendo experienciada num processo dinâmico de decantação na variedade das lembranças formadas ao longo do próprio caminhar do sujeito. Sendo a “memória” uma realidade e um conceito propriamente teo-antropológico que perpassa toda a tradição bíblico-eclesial-teológica, ela pode ser entendida no âmbito da experiência vinculada à fé e posteriormente, elaborada pela hermenêutica teológica pela via da linguagem.

Numa segunda aproximação do sentido da experiência, seguimos a proposição de Edward Schillebeeckx o qual vincula o fazer teológico à experiência da seguinte forma:

“O pressuposto fundamental de toda interpretação atualizadora da fé, ortodoxa e em conformidade com o evangelho, consiste portanto, em que essa interpretação tenha sentido. O qual significa: que reproduza experiências realmente humanas. A linguagem teológica possuirá sentido unicamente no caso de que ela, de uma forma ou de outra, tematize a experiência, iluminando-a, esclarecendo-a. E vice-versa, a experiência do nosso existir no mundo é quem deve conferir sentido e realidade ao nosso falar teológico. Se este pressuposto não se cumpre, ou dito de outra maneira, se em nossa linguagem teológica da fé não se lhe dá expressão à experiência, esta linguagem será carente de sentido...”<sup>6</sup>.

A teologia como hermenêutica atualizadora da fé, ficará no nível de uma mera abstração sem sentido se não é capaz de captar a dimensão experiencial humana. Esta pode ser entendida como sendo a matéria prima da reflexão teológica. De outro lado, a teologia deve cumprir o papel de decifrar ou decodificar o montante complexo das experiências humanas, já que estas estão sempre revestidas de ambigüidades. Ao tematizar as experiências, a teologia as submete a um processo de depuração iluminando-as e esclarecendo-as para que o sujeito fazedor das mesmas não viva de suas ambigüidades confusas. Numa relação de interdependência, a experiência confere à teologia o conteúdo que dá sentido à sua elaboração reflexiva. E a reflexão teológica é uma mediação necessária para se verificar a autenticidade das

<sup>6</sup> Cf., SCHILLEBEECKX, Edward. Interpretación de la fé. Aportaciones a una teología hermenéutica y crítica, Salamanca: Sígueme, 1973, p. 19.

experiências. Com estas proposições fica estabelecida a relação inarredável entre o montante da experiência e o exercício reflexivo da teologia.

No âmbito específico da espiritualidade ou da mística também é de grande relevância o entrecruzamento da experiência com o sistema teológico que se elabora. Assim, a teologia espiritual ou a teologia mística é sempre derivada de uma experiência espiritual ou de uma experiência mística. A verificabilidade de uma autêntica experiência mística passará também pelo crivo da teologia mística. Seguindo a trilha desta proposição é interessante a definição de tal relação proposta por Tullo Goffi:

“A experiência só pode servir para mostrar como o sistema teórico espiritual [teologia da espiritualidade], formulado já em si mesmo, teve uma fundamentação rigorosa. Experiência espiritual significa conhecer o que é constitutivo do cristianismo mediante a uma atuação pessoal e comunitária do mesmo; tomar consciência direta das nossas relações filiais e fraternas com Deus em Jesus Cristo; dar-se conta de que na interioridade de cada um de nós o Espírito Santo vai se comunicando de forma profunda; experimentar a própria transformação interior cada vez mais sintonizada com o devir pascal do corpo místico de Cristo. Trata-se de viver espiritualmente não dentro de uma uniformidade com uns princípios teóricos invariavelmente fixos, mas dentro do abandono ao Espírito de Cristo, atentos à experiência pela qual ele nos vai orientando progressivamente”<sup>7</sup>.

Sendo assim, uma teologia da espiritualidade não deve ser elaborada como reflexão teológica à revelia de um conteúdo experiencial. É tal conteúdo que procede da experiência que confere uma fundamentação rigorosa ao sistema teórico elaborado. A experiência cristã deverá tocar aquilo que é constitutivo do cristianismo como expressão pessoal-comunitária referenciada ao ser humano e ao Mistério Trinitário configurado na pessoa do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Numa dimensão pessoal o sujeito singular se deixa ir sendo transformado pelo Espírito Santo e configurando-se ao corpo místico de Cristo ou seja, à Igreja. Este caminhar processual é dinâmico e implica numa constante atitude de discernimento dos sinais que o Espírito de Cristo vai sinalizando em meio à própria experiência. Com esta indicação de

---

<sup>7</sup> Cf., GOFFI, Tullo. *La experiencia espiritual*, hoy, Salamanca: Sígueme, 1987, pp. 115-116; 118-119.

Tullo Goffi percebemos mais uma vez o nexos inarredável entre experiência, mística e teologia.

### **3. O Deus Uno e Trino experienciado na mediação da mística do amor trinitário**

Ao chegar a este ponto do nosso caminho reflexivo faz-se necessário especificar que a experiência da qual estamos falando é tipologicamente feita no horizonte da fé como mediação excelente referenciada ao Deus Trinitário e ao ser humano. Esta relação sintética, diferenciada e inseparável entre teologia e antropologia pode ser colocada como referencial para se perceber todo o percurso da fé no mistério de Deus experienciada no horizonte bíblico. A mediação histórica que possibilitou uma tipológica experiência mística como expressão do mistério do Deus trinitário que se revela foi Jesus de Nazaré. Queremos desenvolver, portanto, este ponto da nossa reflexão a partir de Jesus Cristo como personagem histórico que nos revelou o jeito trinitário da atuação de Deus. Este jeito específico e próprio da ação trinitária de Deus é que dá origem e identifica o que denominamos mística trinitária.

O Mistério Trinitário revelado em Jesus Cristo e, por extensão a mística trinitária, é resultante do mistério da encarnação como expressão por excelência de uma experiência em torno do sentido do amor de Deus. Evidentemente que a mística é uma experiência derivada do mistério amoroso de Deus, à medida que o sujeito que faz tal experiência descubra, se identifique e se comprometa com dita imagem de Deus. No fundo, então, a mística é devedora da imagem que se tem de Deus, sendo ela umbilicalmente vinculada à teologia. Certamente que ao longo do seu processo de experiência mística e de elaboração da sua imagem de Deus, Israel fez o percurso de identificação e compromisso com um modo típico de Deus agir e ser. Libertação e criação são as duas grandes categorias teológicas que traduzem sua experiência amorosa de um Deus que ao libertar na história, é identificado como o criador da totalidade do real. Assim, a teologia israelita inaugura uma visão da criação inserida na história e inseparável de sua experiência libertadora como dom que resulta da gratuidade amorosa de Deus.

Inicialmente a encarnação é o mistério que confere realismo inédito a tudo aquilo que até então foi revelado sobre Deus. Ela é, portanto uma fonte original da experiência mística do cristianismo agora vinculada ao amor, que é Deus. Se é certo que a encarnação visibiliza a realidade de Deus, ela

visibiliza a realidade do amor. Sendo assim, “a verdadeira novidade do Novo Testamento não reside em novas idéias, mas na própria figura de Cristo, que dá carne e sangue aos conceitos – um incrível realismo” (Deus caritas est, 12). Este amor encarnado no mistério de Jesus Cristo ganha sua mais radical expressão no mistério da cruz, a qual comunica “o amor na sua forma mais radical”. “É lá que esta verdade pode ser contemplada” (idem, n.12) na mediação da mirada meditativa e contemplativa, que alimenta a mística da radicalidade do amor trinitário. A comunhão vital com Deus e com o próximo é a mediação que qualifica e dá originalidade à mística cristã do amor trinitário ao possibilitar um constante trânsito que vai da nossa realidade pessoal ao mistério da vida de Deus e, simultaneamente, ao mistério da vida próximo. Neste sentido é de alta relevância a afirmação seguinte:

A comunhão tira-me para fora, mesmo projetando-me para Ele e, deste modo, também para a união com todos os cristãos. Tornamo-nos “um só corpo”, fundidos todos numa única existência. O amor a Deus e o amor ao próximo estão agora verdadeiramente juntos: o Deus encarnado atrai-nos todos a Si. Assim se compreende porque o termo *agape* se tenha tornado também um nome da Eucaristia: nesta *agape* Deus vem corporalmente a nós, para continuar a sua ação em nós e através de nós. Só a partir desta fundamentação cristológico-sacramental é que se pode entender corretamente o ensinamento de Jesus sobre o amor (idem, n. 14).

Esta experiência mística que tem na Encarnação e na Eucaristia a sua inspiração mais original e fontal acontece à medida que: “fé, culto e *ethos* compenetraram-se mutuamente como uma única realidade que se configura no encontro com a *agape* de Deus. Aqui, a habitual contraposição entre culto e ética simplesmente desaparece. No próprio ‘culto’, na comunhão eucarística, está contido o ser amado e o amar, por sua vez, os outros. Uma Eucaristia que não traduza em amor concretamente vivido, é em si mesma fragmentária” (idem, n. 14). Aqui nos encontramos na trilha de uma crítica aos modelos de celebração da Eucaristia onde se nota a predominância de uma excessiva preocupação com a configuração externa do ambiente – tipo de ambientalismo celebrativo – em detrimento de um esvaziamento do compromisso ético. O resultado é a perda da relação implicate entre estética e ética na experiência mística de Deus no âmbito do culto. O acento acaba sendo colocado na expressão externa de uma “estética aparente” despojada de uma ética transformadora.

Esta perspectiva implicante de cunho cristológico-sacramental que dá sustentabilidade à mística do amor trinitário radical passa a ser a chave de leitura do amor preferencial pelos pobres tendo presente algumas parábolas de Jesus Cristo. É o caso da parábola do rico avarento – Lc 16,19-31) – que “levianamente ignorou o pobre que passava necessidade. Jesus recolhe por assim dizer, aquele grito de socorro e repete-o para nos acautelar e reconduzir ao bom caminho” (idem, n. 15). Exemplar, também é a parábola do bom Samaritano – Lc 10,25-37 –, na qual é abolido o limite da solidariedade como gesto que expressa o compromisso com o mandamento do amor. “Qualquer um que necessite de mim e eu possa ajudá-lo, é o meu próximo. O conceito de próximo fica universalizado sem deixar todavia de ser concreto” (idem, n. 15). Emblemática, é a parábola do juízo final – Mt 25,31-46 – “onde o amor se torna critério para a decisão definitiva sobre o valor ou a inutilidade de uma vida humana. Jesus identifica-Se com os necessitados: famintos, sedentos, forasteiros, nus, enfermos, encarcerados. Amor a Deus e amor ao próximo fundem-se num todo: no mais pequenino encontramos o próprio Jesus e, em Jesus, encontramos Deus” (idem, n. 15). É no horizonte desta tríade parabólica que podemos asseverar que a mística do amor trinitário radical passa pela relação entre fé e compromisso-ético-transformador de toda situação que conduz à morte. É a vitalidade do “eros” transformada em “pathós” que alimenta a defesa incondicional da vida, sobretudo daqueles que ninguém a defende e que também não tem condições de defendê-la. Situamo-nos aqui na fronteira entre a política – cuja natureza é a justiça no seu sentido ético – e, a mística – situada na relação entre Deus e o ser humano na mediação da fé. E, “neste ponto, política e fé tocam-se. A fé tem sem dúvida, a sua natureza específica de encontro com o Deus vivo – um encontro que nos abre novos horizontes muito para além do âmbito da própria razão. Ao mesmo tempo porém, ela serve de força purificadora para a própria razão” (idem, n. 28a).

#### **4. A mística como contemplação do Mistério Trinitário – pequena resenha de tal experiência<sup>8</sup>**

A experiência mística como contemplação do Mistério Trinitário ao longo da história da Igreja pode ser colocada no arco cronológico que vai desde

<sup>8</sup> Para este ponto seguimos as sugestões de PIKAZA, Xabier. *Enchiridion Trinitatis. Textos básicos sobre el Dios de los cristianos*, Salamanca: Secretariado Trinitário, 2005, pp. 449-488.

Escoto Eriúgena (810-877?) até Elisabete da Trindade (1880-1906). A seguir elencamos alguns autores e textos místicos deste período referenciados ao Mistério Trinitário:

1) *João Eckhart (1260-1328)*: Teólogo espiritual situado no período medieval, o qual deixou uma profunda e bonita contribuição para a teologia e a mística trinitária. Num dos seus poemas utiliza a metáfora do rio para evocar a “geração” do Filho e a “processão” do Espírito Santo. Depois evoca a Trindade em si mesma e, querendo ressaltar sua unidade, emprega a imagem do “anel” ou “círculo” que é sempre distinto e sempre idêntico a si mesmo. Eis o início de tal poema:

No começo, além do que podemos entender, está o Verbo.  
Oh! Tesouro tão rico, começo que engendra o começo! Oh!  
Coração do Pai de onde com glória tão grande flui sem cessar  
o Verbo! Assim é.

Dos dois nasce um rio de fogo de amor, do lugar dos dois,  
lugar comum aos dois brota o muito suave Espírito, igual em  
medida aos dois e inseparável dos dois.

Os três são uno. Como? Você sabe? Não, não sei, mas só Ele  
sabe o que Ele é.

2) *Santa Catarina de Sena (1347-1380)*: Religiosa dominicana e doutora da Igreja; desde sua infância fez experiências místicas. Teve uma atuação decisiva em prol da unidade da Igreja, atuando como conselheira do Papa. Eis uma parte de um dos seus escritos densamente místico-teológico:

Oh! Divindade eterna, oh eterna Trindade que pela união com  
tua divina natureza fizeste tão grande e precioso o sangue do  
teu Filho unigênito! Tu, Trindade eterna, és como um mar sem  
fundo onde quanto mais busco, mais encontro e quanto mais  
encontro, mais te busco. Tu sacias a alma de uma maneira e  
de um modo insaciável, já que ela sempre fica com mais fome  
e apetite, desejando com avidez que a tua luz lhe faça ver a  
luz que és tu mesma.

3) *Santa Teresa de Jesus (1515-1582)*: Não elaborou uma teologia trinitária sistemática, mas sua experiência mística de Deus é profundamente trinitária tendo como ponto de partida o Deus-Pai experienciado na mediação

do amor de Jesus Cristo em comunhão com o Espírito Santo. Vejamos como ela relata uma experiência do tipo místico-trinitária:

Dentro daquela Morada por uma visão, por uma certa forma de se representar a verdade se mostra a Santíssima Trindade, todas as três pessoas, à maneira de uma nuvem de grandíssima claridade e estas pessoas distintas e, por uma notícia admirável dada à alma, esta entende com grandíssima verdade ser todas as três pessoas uma substância, um poder, um saber e um só Deus. De maneira que o que temos pela fé é entendido pela alma através de uma visão, ainda que não vista pelos olhos do corpo ou da própria alma, já que, não se trata de uma visão imaginária (Moradas VII, I, 6-8).

4) *São João da Cruz (1542-1591)*: Como Místico e teólogo propõe o caminho místico que vai de Jesus Cristo – perspectiva cristológica – ao mistério trinitário, da forma seguinte:

A beleza da encarnação do Filho aparece como mediação para o encontro e identificação com o Pai;

A comunhão de amor instaurada pelo Filho com a humanidade é a via que conduz ao encontro com a Trindade;

A alma através do Filho entra em comunhão também com o Espírito Santo;

A comunhão da alma com a Trindade é resposta à iniciativa de Deus;

O matrimônio espiritual é a metáfora utilizada para se falar da comunhão de amor entre o ser humano e a Trindade, num caminho de transformação da alma. Eis a beleza de tal afirmação:

“A transformação não seria verdadeira se a alma não se transformasse num processo de comunhão com as Três Pessoas da Santíssima Trindade... A alma unida e transformada em Deus, aspira em Deus a mesma aspiração divina que Deus – estando, ela Nele será transformada...” (Cântico B, 39,3).

5) *Elisabete da Trindade (1880-1906)*: Tendo uma experiência pessoal e peculiar do mistério de Deus, certamente que São João da Cruz é uma

das fontes de sua inspiração. Eis parte de uma de suas belas orações elevadas à Trindade:

Ó meu Deus, Trindade que adoro, ajudai-me a esquecer-me inteiramente para firmar-me em Vós, imóvel e pacífico, como se a minha alma já estivesse na eternidade: que nada consiga perturbar a minha paz nem fazer-me sair de Vós, ó meu Imutável, mas que a cada minuto me leve mais longe na profundidade do vosso Mistério! Pacificai a minha alma! Fazei dela o vosso céu, vossa amada morada e o lugar do vosso repouso. Que nela eu nunca vos deixe só, mas que eu esteja aí, todo inteiro, completamente vigilante na minha fé, todo adorante, todo entregue à vossa ação criadora (Catecismo da Igreja Católica, 260).

Segundo Ponto: Unidade E Pluralidade Na Experiência Trinitária De Deus E Suas Configurações Históricas Como Desdobramento Filial-Fraterno<sup>9</sup>

O Mistério Trinitário de Deus é por antonomásia o núcleo unificador da mística trinitária, no entanto, tal unidade é sempre configurada na variedade das expressões históricas da espiritualidade cristã. A busca do sentido mais profundo da experiência de Deus é de fundamental importância para se compreender a unidade e a pluralidade das configurações históricas da espiritualidade cristã-fraternal. A experiência de Deus é algo vital e existencial que acompanha o dinamismo do cristianismo na história e está no substrato da teologia martirial, ascética, mística, espiritual e experiencial. A experiência fraternal-libertadora é inerente à experiência do Deus-Pai feita por Jesus Cristo. Ele é aquele que liberta para a fraternidade e, esta é um sinal original de liberdade, irmandade, solidariedade, partilha e comunhão. A experiência de Deus, de cunho profundamente comunitária inaugurada pelo Filho-Irmão, é o que fundamenta o sentido da fraternidade radicada Nele. Seus gestos são eminentemente fraternais e indicam para a inauguração de uma prática religiosa, a qual quer vincular as pessoas através das várias dimensões da comunhão. É Ele propriamente o referencial da fraternidade comunitária que se manifesta através da sua autoridade de chamar um grupo de pessoas para segui-Lo<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Para os pontos que seguem ver PRATES, Lisaneos. *Fraternidade libertadora. Uma leitura histórico-teológica das Campanhas da Fraternidade da Igreja no Brasil*, São Paulo: Paulinas, 2007, pp. 487-523, onde desenvolvemos amplamente o conteúdo apresentado aqui.

<sup>10</sup> “Se cremos que em Jesus de Nazaré se dá a plena revelação pessoal e histórica de Deus, é lógico que “os adoradores de Deus em espírito e verdade” (Jo 4,23) procuremos ser

A espiritualidade do seguimento está profundamente perpassada pelo exercício constante da convivência fraternal. O seguimento implica na busca de superação de tudo aquilo que possa entorpecer a convivência fraternal. Desta maneira, ao mesmo tempo em que se abraça o seguimento ou o discipulado, faz-se mister abraçar a fraternidade-comunitária. Destarte, o seguimento se faz a partir do constante exercício de ser irmão-discípulo na sempre busca de construir a comunidade-fraternal. É extremamente significativo que Jesus Cristo não tenha querido anunciar e construir sozinho o Reino da Fraternidade. Para tal, convoca seguidores para formar uma comunidade-fraterna a qual se configura como tempo-lugar de aprendizagem do caminho-fraternal na perspectiva do Reino. Este ambiente comunitário-fraternal é, sobretudo um “modus vivendi” que caracteriza a vitalidade-existencial da proposta de Jesus Cristo. É neste sentido que a paternidade-fraternidade, como experiência radicalmente inaugurada por Ele, é algo anterior àquilo que, teologicamente será elaborado posteriormente pelas comunidades como sendo basilar para a vida cristã. É por isso que a comunhão-fraternal que caracterizará a vida das comunidades primitivas terá como fundamento último o próprio Filho-Irmão<sup>11</sup>.

A cruz é a síntese mais original da experiência-fraternal de Jesus Cristo já que, nela se dá o tempo e o lugar em que Ele atrai a todos para o encontro com o desígnio fraternal-libertador do Deus-Pai. Certamente que a cruz não é uma casualidade na sua vida mas, é a conseqüência de suas

---

seguidores em espírito e em verdade desse Jesus. A Deus ninguém viu (Jo 1,18), exceto o Filho, que é Jesus. Ninguém “praticou” plenamente a Deus na história exceto esse Filho histórico. Seguir a Jesus é portanto, em última instância, “praticar o Deus de Jesus”, praticando pelo seguimento o próprio Jesus de Nazaré. [Dentre as atitudes do cristão, na linha do seguimento feita por estes autores, duas vão na linha da experiência paterno-fraternal de Deus]: a constante comunhão de confiança filial com o Pai, com o “Paizinho, Abba” e a partilha familiar (fraterna) com todos, mas sobretudo com os pobres, os marginalizados, os não-cidadãos, os não-pessoas, os proibidos, os “subversivos” das várias (des)ordens estabelecidas”, cf. P. CASALDÁLIGA – J.M. VIGIL. *Espiritualidade da libertação*, Petrópolis: Vozes, 1983, pp. 123.128-129.

<sup>11</sup> Para Jon Sobrino Jesus Cristo é por excelência o “irmão”, sobretudo dos pobres da sua época e dos pobres de hoje: “os pobres de hoje vêm, no processo de aproximação de Jesus aos pobres de seu tempo, a maneira como Jesus foi se tornando irmão dos pobres, realmente partícipe de uma humanidade composta em sua imensa maioria de pobres; por isso os pobres de hoje podem chamá-lo de irmão – do qual dirão, ademais, que é o irmão “mais velho” –, mas em primeiro lugar irmão, alguém como eles. Entendem muito bem a afirmação da Carta aos Hebreus de que Jesus não se envergonha de chamar os homens de irmãos”, cf., SOBRINO, Jon. *Espiritualidade da libertação. Estruturas e Conteúdos*, São Paulo: Loyola, 1992, p. 202.

opções na direção da construção do Reino da fraternidade-libertadora. O sentido da cruz como experiência que atravessa a vida humana e sempre requer uma atitude de entrega, já se encontra presente nas exigências e desafios de ser irmão-discípulo pela via do seguimento. O próprio Jesus Cristo vai tomando consciência, ao longo da sua trajetória que o Reino da fraternidade-libertadora passará pela *via crucis*. É ao longo de tal via que se encontra o ser humano impedido por estruturas não-fraternas de optar pelo caminho da fraternidade. É exatamente na contra-mão da não-fraternidade que Jesus Cristo vai construindo juntamente com os seus irmãos-discípulos, a via da fraternidade na direção do Deus-Pai. A culminância de tal percurso fraternal-libertador será a crucifixão, onde a cruz será o tempo-lugar da possibilidade definitiva da construção do Reino da fraternidade-libertadora. O desdobramento inexorável da fraternidade pela via da cruz será a ressurreição através da qual o Deus-Pai corrobora e justifica a entrega do Filho-Irmão.

A experiência martirial radicada na pessoa de Jesus Cristo foi o primeiro estágio da espiritualidade do martírio. Um segundo estágio de experiência martirial já foi sendo configurado no existencial cristão das comunidades nascentes. As duas primeiras experiências de martírio que nos dão notícia o NT, vinculam o surgimento das comunidades nascentes ao martírio histórico, fundante e fundamental do crucificado-ressuscitado. É neste sentido que a experiência da cruz é subjacente à espiritualidade martirial, como sendo esta a protogênese da espiritualidade cristã. As comunidades primitivas nasceram sob o fundamento do sentido da experiência martirial de Jesus Cristo na cruz. A teologia paulina coloca a experiência da cruz e da exaltação no cerne da vida cristã, sobretudo a partir do texto de Fl 2,6-11 e 1Cor 1,22ss. Frente duas das grandes culturas religiosas da época, a dos judeus que busca sinais, prodígios, milagres e, a dos gregos que busca o divino pela via da sabedoria filosófica, o cristianismo se caracteriza pelo anúncio do crucificado.

A perseguição e o constante perigo da morte será, portanto, uma experiência que acompanhará a configuração fraternal das comunidades nascentes (cf. At 4,1ss; 7,55-8,1; 12,1ss). Podemos asseverar que perseguição-morte poderá ser a chave de leitura para se ler toda a elaboração teológica do NT. A grande questão de fundo é a seguinte: vale a pena ser comunidade-fraterna no seguimento da seqüela do homem de Nazaré da Galiléia, o qual foi perseguido e escandalosamente crucificado em Jerusalém? Obviamente que a resposta é afirmativa. A comunidade-fraterna dos seguidores do crucificado-ressuscitado construirá a fraternidade, vencendo o

medo à perseguição e à morte ao longo da sua trajetória espiritual. Nesta perspectiva salta à vista, sobretudo a teologia de Marcos, a teologia paulina e a teologia joanina, especialmente a do livro do Apocalipse.

Sendo a cruz reveladora da originalidade e identidade do cristianismo, o Crucificado revela o Mistério Trinitário. Ele revela o Deus-Pai, já que a cruz passa a ser sacramento do amor do Pai pelo mundo (Jo 3,16s; Rm 8,32). Sua morte na cruz revela também sua identidade de Filho-Irmão que atrai os filhos-irmãos para o Deus-Pai (Jo 3,14; 12,24). A cruz revela ainda, a presença do Espírito-Santo-de-adoção-filial na vida do Crucificado, o qual é dado à comunidade-fraterna que nasce aos pés da cruz (Jo 19,25-27.30). É esta a tomada de consciência por parte das comunidades-fraternas do sentido da perseguição-martirial de Jesus Cristo, cuja culminância é a cruz que lhes dará a força para continuar buscando o grande horizonte da construção do Reino da fraternidade-libertadora. O martírio na cruz, destarte, não é um sem-sentido, um absurdo, mas fonte de onde emana uma original experiência paterno-fraternal do Deus-Pai, alimentando assim, a espiritualidade cristã primigênia. Esta herança martirial do ressuscitado-crucificado acompanhará o caminhar dos seus seguidores até meados do século IV, juntamente com a expansão do cristianismo no contexto do império romano<sup>12</sup>. Mais tarde, neste mesmo contexto, a Igreja perseguida e tolerada pela ideologia expansionista do império romano irá usufruir dos privilégios do mesmo, unindo-se a ele.

Num segundo estágio de configuração espiritual do cristianismo aparece a ascese como sendo um caminho espiritual que deveria levar as comunidades cristãs a recuperarem o sentido propriamente ascético, sacrificial, sóbrio e austero da vida cristã. A espiritualidade ascética acompanha uma profunda teologia ascética, com o qual se verifica que espiritualidade e teologia são inseparáveis. O modelo histórico desta experiência cristã se expressa através do compromisso cristão assimilado e assumido pelos padres do deserto na

<sup>12</sup> Neste contexto imperial, “o martírio é o testemunho sangrento ante os poderes imperiais; é o testemunho da fé defendida com a entrega da própria vida, a afirmação absoluta de que o único verdadeiramente importante é Cristo. As fontes históricas são as “Acta” dos mártires e os tratados de Inácio de Antioquia, Cipriano, Orígenes e Tertuliano. Em tais escritos, a espiritualidade centra-se na cruz gloriosa, considerada epifania do amor extremo de Deus pelos seres humanos: o martírio é considerado o ápice da perfeição cristã: a morte não é mais uma negatividade trágica, uma derrota, mas um dom aceito livremente e um modo de assimilar-se ao Cristo vencedor; o mártir cristão não é um simples herói (exemplar humano dotado de fortaleza para assumir seu trágico destino), pois não busca a própria glória, mas o triunfo de Cristo nele”, cf., MONDONI, Danilo. *Teologia da Espiritualidade Cristã*, Loyola, 2000, p. 31s.

vida eremítica, anacorética e cenobítica. Com o fim das perseguições ao cristianismo nascente, verifica-se um afrouxamento do que seria a radicalidade da vida cristã, a qual vai se tornando algo fácil, superficial e comum a todos. A espiritualidade ascética é uma modalidade do existencial cristão que quer continuar sendo radical, no que tange ao compromisso com o Reino da fraternidade-libertadora. Os padres do deserto, os ermitães e os cenobitas serão os pioneiros desta renovada experiência do Deus-Pai no rumo da espiritualidade ascética. Não é demasiado recordar que a ascese espiritual está fundamentada numa profunda teologia ascética na linha da radicalidade do seguimento de Jesus Cristo. Esta modalidade teológica marca profundamente o seu apelo ao seguimento e à construção do Reino da fraternidade-libertadora. Sendo assim, a ascese entendida como: pobreza, serviço, despojamento, austeridade, esvaziamento de interesses e projetos mesquinhos, sobriedade, solidariedade, simplicidade de vida, comunhão de bens e obediência será o pressuposto para o seguimento e o engajamento na construção do Reino da fraternidade.

É na esteira da espiritualidade ascética que irão surgindo ao longo da história do cristianismo outras configurações espirituais, tais como, a vida monástica (São Bento – Séc. VI)<sup>13</sup>. Esta espiritualidade tipicamente monástica terá o seu esplendor até os séculos XII-XIII, quando surgirá a vida religiosa apostólica, calcada numa experiência missionária-apostólica da presença de Deus. O grande símbolo concentrador deste estilo espiritual é a figura do frade vinculado ao convento, encravado no meio dos primeiros burgos – pequenas cidades – na Europa. É indubitável que o ideal da fraternidade cristã será uma das características mais acentuadas destas novas configurações históricas da experiência cristã do Deus-Pai. Isto significa dizer que a fraternologia alimenta a busca de uma experiência paterno-fraternal de Deus e vice-versa ou seja, o sentido da busca da fraternidade nutre e dá sentido à fraternologia.

Na seqüência das configurações históricas da experiência de Deus, surgirá no século XVI a mística representada, sobretudo por São João da

---

<sup>13</sup> “Bento foi o verdadeiro fundador do monaquismo ocidental (antes dele foram fundadas ermidas e comunidades monásticas). Ele aperfeiçoou com certa independência, as regras de Pacômio e Basílio. A união de trabalho e oração constitui o aspecto novo do monaquismo beneditino (no oriente o trabalho apenas preenchia os momentos livres do monge). Os principais componentes da espiritualidade monástica que emergem da Regra e da vida de Bento podem ser reunidos em torno da escuta, da oração, da humildade e da figura do Abade”, cf., MONDONI, Danilo, op. cit., p. 41.

Cruz e Santa Teresa de Ávila<sup>14</sup>. Este horizonte místico da experiência de Deus acentuou a dimensão da experiência espiritual como encontro com o mistério inefável do Deus-Pai. E, a partir do século XVII, a experiência de Deus será entendida a partir do uso do termo espiritualidade, o qual será utilizado nos anos posteriores como categoria predominante.

Atualmente, falamos da espiritualidade como experiência de Deus numa perspectiva existencial-histórica na esteira da Revelação de Deus, preconizada pela teologia do Concílio Vaticano II<sup>15</sup>. Notamos que todas as configurações históricas da espiritualidade cristã vêm sempre acompanhadas ou vinculadas, a um modo específico de pensar a teologia. É por isso que de forma respectiva às configurações históricas do existencial cristão, podemos falar de teologia martirial, teologia ascética, teologia mística, teologia espiritual e teologia da experiência de Deus<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> “A espiritualidade teresiana é a espiritualidade da intimidade divina, porque procura alimentar o ideal da intimidade com Deus; tal finalidade atinge-se principalmente por meio da oração mental. É também doutrinal pois, Teresa desejou e procurou que a vida ascética e mística tivesse como base uma doutrina sólida”. “João da Cruz (1542-1591) exprimiu sua mística em dois níveis: tradução de sua vida interior no plano lírico (poemas) por um jogo de símbolos; visão especulativa sobre a teologia mística mediante comentários de três de seus poemas. Sua mística é antiintelectual, ou antinocional, e sobretudo mística da negação (nihilismo vertiginoso): Deus é o absoluto e não pode ser medido pelo criador; a única preparação à união mística é uma atividade negativa de aniquilação (esvaziamento de todas as faculdades da alma; união à alma de Cristo)”, MONDONI, Danilo, op. cit., p. 61 e 62.

<sup>15</sup> “Não se deve esperar dos documentos conciliares um tratado sistemático da espiritualidade (termo que aparece neles apenas quatro vezes – UR 6 e 15; AG 29; PC 6 –; muito mais amplo é o uso de expressões como: “vida espiritual”, “perfeição”, “santidade”). O Vaticano II não busca definições, mas adota um discurso de teor descritivo e afirmativo. Talvez por isso faltem ainda abordagens mais completas sobre sua espiritualidade. [A seguir este autor indica as seguintes dimensões da espiritualidade conciliar]: espiritualidade litúrgica, espiritualidade bíblica e cristocêntrica, espiritualidade no meio do mundo, espiritualidade eclesial-comunitária, espiritualidade ecumênica e espiritualidade missionária”, cf., DE FIORES, Stefano. *A “nova” espiritualidade. As novas espiritualidades na Igreja desafiam o futuro*, São Paulo: Cidade Nova/Paulus, 1999, p. 35ss.

<sup>16</sup> Sobre a relação de pertença mútua entre a teologia e a espiritualidade é significativa a seguinte asseveração: “Ao assumir uma vocação esperançosa e prática, a teologia já foi se tornando teologia espiritual. O que ocorreu depois, foi o fato de que a própria teologia se conscientizou de seu estatuto espiritual, por ação ou omissão. Está tratando de temas convencionalmente espirituais, mas, sobretudo, está reconhecendo a necessidade de que deveria ser feita com espírito e com o Espírito de Deus para comunicar espírito e o Espírito de Deus. Com o objetivo de trazermos aqui à baila algumas afirmações de teólogos europeus mais lúcidos, já em 1969 Urs von Balthasar, ao falar precisamente da incipiente teologia política, reinterpretava-a como redescobrimto da “espiritualidade bíblica” e acres-

## **A ORIGINALIDADE DA MÍSTICA TRINITÁRIA EXPRESSA NA RELAÇÃO ENTRE MISTÉRIO TRINITÁRIO, CELEBRAÇÃO DA EUCARISTIA E VIRTUDES TEOLOGAIS**

### **1. O culto dirigido ao Pai: a dimensão da fé teologal**

A experiência cristã do Deus-Pai feita pela Igreja ao longo da história foi sempre caracterizada pela pluralidade-unidade, isto é, deparamo-nos com uma diversidade nas formas e nas expressões, as quais querem traduzir os elementos nucleares da mesma e única espiritualidade cristã. Quanto mais as formas e expressões traduzem os elementos nucleares, mais elas estão próximas daquilo que é a unidade nuclear da experiência cristã de Deus. No entanto, as formas e expressões históricas jamais esgotam a plenitude da unidade da experiência do Deus-Pai, a qual está vinculada à fé num contexto litúrgico-celebrativo. Esta dimensão cúltica que traduz a experiência da presença do Deus-Pai – nível teológico – tem também um nível antropológico, já que é a comunidade dos crentes que celebra tal experiência na fé. Sendo assim, a fé tem um alcance eminentemente teológico e, concomitantemente, totalmente antropológico.

A fé como virtude teologal é a mediação antropológica que vincula a comunidade que celebra ao mistério do Deus-Pai. Esta celebração litúrgica é por excelência a Eucaristia, a qual é a festa da fraternidade cristã presente na memória da comunidade dos crentes. Na Celebração Eucarística o conteúdo desta memória celebrativa denomina-se epíclese, sendo o próprio conteúdo do desejo do Filho-Irmão, o qual revela e traduz o desejo do Deus-Pai. A anamnese é a memória do desejo de fraternidade do Deus-Pai e do Filho-Irmão, a qual o Espírito-Santo-de-adoção-filial mantém viva na comunidade, que deve continuar desejando a fraternidade<sup>17</sup>. Celebrar a Eu-

---

centava: “Não cortemos as asas de uma geração que teve a sensibilidade para descobrir como insuportável a separação entre teologia e espiritualidade, entre contemplação e ação, entre Igreja e mundo”. K. Rahner, aludindo ao exemplo de Santo Tomás, empenhava-se em superar “aquela horrível divisão que se pode observar, na teologia posterior, entre teologia e vida espiritual”. J. B. Metz, promotor da teologia política, falou da “mística e da política do seguimento”. Estas citações não são apenas indicativas; mostram a necessidade de integrar a espiritualidade na teologia como uma de suas dimensões essenciais”, cf., SOBRINO, Jon, op. cit., p. 61s.

<sup>17</sup> “A liturgia é ação da fraternidade eclesial. Com as indicações que oferecem os textos litúrgicos atuais e do passado poder-se-ia elaborar a antologia da fraternidade ao longo da tradição [...]. Na missa para pedir a caridade suplica-se “amar a Deus nos irmãos”; na missa

caristia então, é vincular-se ao desejo fraternal do Deus-Pai na mediação da fé, renovando o desejo que deseja continuar construindo o Reino da fraternidade-libertadora.

O conteúdo celebrativo da fé na Igreja é o Reino da fraternidade-libertadora desdobrado no compromisso de sua construção, já que celebrar é trazer para o tempo-espaço do culto que se presta ao Deus-Pai, aquilo que concorre e aquilo que não concorre para o sentido da fraternidade cristã. O culto-litúrgico na Igreja pode ser entendido como o exercício da adoração-contemplativa do mistério do Deus-Pai. “Na contemplação se cultiva a espiritualidade para ler na vida os sinais de presença ou ausência do Reino”<sup>18</sup>. Aquilo que vem ao encontro do projeto fraternal do Reino do Deus-Pai deve ser assumido e colocado em prática pela comunidade. Tudo aquilo que vem ao desencontro de tal projeto, deve ser apontado e combatido pela comunidade que celebra a fé. É neste sentido que, a partir do coração e da consciência da fé da comunidade é que a liturgia será a expressão da “participação e celebração da plena Redenção em Jesus Cristo e como ação da Comunidade organizada que se sente chamada a celebrar diante de Deus a própria vida, com suas alegrias e sofrimentos”<sup>19</sup>.

Sendo a fé celebrada num universo sacramental, o mundo e a história, palco e cenário da andadura do ser humano à luz mesma da fé, são compreendidos dentro de tal universo densamente sacramental. Assim, tudo aquilo que na sua aparência é puramente material é redimensionado a partir da sua densidade sacramental. Vale aqui destacar o exemplo da terra e tudo o que ela representa no universo sacramental, tempo-espaço no qual a fé é celebrada. Assim, a terra e seus frutos e o trabalho humano, todo o conteúdo material do mundo e da história, ganha uma densidade sacramental-significativa no universo-celebrativo-sacramental da Igreja. A fé celebrada, portanto

---

por quem está triste ou aflito, invoca-se o “vínculo da fraternidade” [...]. Na solene oração universal da sexta-feira santa, o único grupo de pessoas qualificadas como “irmãos” são todos aqueles que crêem em Cristo; é uma homenagem ao ecumenismo [...]. E irmãos são todos os orantes, como manifestam os numerosíssimos convites à oração e as admoestações que começam justamente com o apelativo de “irmãos” nas renovadas liturgias eucarísticas, das horas, dos sacramentos etc.”, cf., DE CANDIDO, Luigi. “Fraternidade”, In: DE FIORES, S. – GOFFI, T. Dicionário de Espiritualidade, São Paulo: Paulus, 1993, p. 469.

<sup>18</sup> Cf. CNBB. *A serviço da vida e da esperança*, Texto Base da Campanha da Fraternidade de 1998, n. 136.

<sup>19</sup> Cf. CNBB. *Terra de Deus, terra de irmãos*, Texto Base da Campanha da Fraternidade de 1986, n. 159c.

não é algo vazio, mas, carregada de um sentido densamente sacramental, o qual deve traduzir os anseios de fraternidade-libertadora do ser humano situado no mundo e na história.

## **2. O Filho como o mediador do culto ao Pai: o exercício da caridade cristã**

Estamos procurando entender a fraternidade-cristã-libertadora como um conteúdo de ação que caracteriza o projeto da construção do Reino do Filho-Irmão. Esta ação libertadora que traduz a fraternidade só pode ser compreendida referenciada à caridade teologal. A fraternidade-libertadora via caridade teologal tem como sujeito por excelência o Filho-Irmão. Ele é a própria caridade do Deus-Pai oferecida à humanidade inteira na forma da absoluta gratuidade da graça-libertadora. Os gestos e a ação fraternal do Filho-Irmão mediada pela caridade, é a fonte de onde emana um estilo de vida cristã, o qual denominamos espiritualidade da fraternidade-libertadora. A espiritualidade é portanto, o modo, o jeito, o caminho, a escola, a mistagogia que quer ser mediação de ensino na Igreja para a contínua construção do Reino da fraternidade-libertadora. Queremos avançar na nossa reflexão identificando a tríade Filho-Irmão+caridade+instaurar, como sendo um conteúdo determinante para a espiritualidade da fraternidade-libertadora.

Sendo Deus a caridade propriamente dita (cf. 1Jo 4,8b.16b), o Filho-Irmão é a encarnação da caridade na história, cuja finalidade é a salvação do mundo (cf. Jo 3,16). A caridade é a motivação que justifica o Deus-Pai ter entregado o Filho-Irmão para a salvação da humanidade<sup>20</sup>. “Nisto se

---

<sup>20</sup> “Esta é a boa-nova de Jesus Cristo: Deus infundiu seu amor em nós, dando-nos possibilidade na existência [...]. Com Jesus Cristo, manifesta-se definitivamente o amor de Deus a todos os homens (Tt 3,4). A ternura e a compaixão eficaz, traços do verdadeiro Deus, segundo a revelação bíblica, se interiorizaram na humanidade de Jesus e teve início uma nova etapa: no amor intra-histórico daquele homem que foi capaz de viver e morrer sem egoísmo e para o bem de todos, a Igreja descobriu e proclamou a divindade de Jesus [...]. [Se através da humanidade de Jesus] o amor misericordioso de Deus foi infundido nas pessoas humanas de carne e osso que ainda caminham na terra, devemos concluir que o amor de Deus age neste mundo e através de nós. O fato de nos sentirmos amados não deve ser interpretado só como emoção pessoal, mas como responsabilidade para que todos os seres humanos e toda a criação, experimentem eficazmente esse amor encarnado em nossa conduta histórica”, cf., ESPEJA, Jesus. *Espiritualidade cristã*, Petrópolis: Vozes, 1995, p. 227s.

manifestou a caridade de Deus por nós; Deus enviou o seu Filho único ao mundo...” (1Jo 4,9). É através da caridade encarnada na pessoa do Filho-Irmão que acontece a instauração do Reino da fraternidade-libertadora no coração do mundo e da história. A vocação e a missão da Igreja deve continuar sendo a instauração do Reino da fraternidade-libertadora através da caridade. Assim, celebrar e instaurar não são ações estanques, mas co-implicativas. O conteúdo da Celebração Eucarística como expressão da fé no Deus-Pai protagonizado pela assembléia comunitária, é o compromisso e a prática da instauração assumida pela mesma comunidade, a qual é seguidora do Filho-Irmão<sup>21</sup>.

A caridade é, sobretudo, gesto concreto, obra de misericórdia a favor do irmão/ã, solidariedade, aposta pela vida e pela existência; como inferimos, a caridade é vista na mediação da prática, da ação. No entanto, a densidade semântica do termo “caridade” e o seu uso no âmbito religioso e teológico requer uma elucidação do seu significado na nossa meditação. A primeira aproximação de significado é que a caridade está sendo entendida a partir de sua vinculação inseparável com o binômio fraternidade-libertadora. Um outro significado decorre da sua semântica bíblico-teológica onde a caridade é sinônimo de amor-agápico<sup>22</sup>. Na trilha de uma caridade-fraternal-libertadora por excelência, “o sinal do cristão é o mandamento novo: “Amai-vos uns aos outros, como eu vos amei!” diz Jesus. E acrescenta: “é nisto que todos saberão que sois meus discípulos” (cf. Jo 13,34-35). É a vivência deste mandamento que dá sentido ao amor de Deus (cf. 1Jo 4,7-25) e garante a vida eterna feliz (cf. Mt 25,31-46). “O amor é vínculo da perfeição” no dizer

<sup>21</sup> “A Eucaristia aparece inseparavelmente ligada à criação e à consumação de uma real fraternidade humana [...]. Um texto de Mateus é claro a respeito da relação entre o culto e fraternidade humana (cf. Mt 5,23-24) [...]. Desligar sacrifício e amor ao próximo é a razão da drástica crítica que Jesus, situando-se em firme tradição profética, dirige a todo culto puramente externo. É que se “nossa relação de serviço ao próximo no mundo (relação que se expressa profundamente na oração e na liturgia) estivesse realmente ausente, neste caso a oração e toda a liturgia, como também nosso falar de Deus... cairiam no vazio e degenerariam em superestrutura inútil e falsa”. Assim entendia Paulo, que antes de relatar a instituição da Eucaristia, assinala a condição necessária para ter parte nela, ao reprovar a falta de caridade fraterna dos coríntios quando de suas reuniões para celebrar a ceia do Senhor (1Cor 11,17-34; cf. Tg 2,1-4)”, cf., GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação*, São Paulo: Loyola, 2000, p. 322s.

<sup>22</sup> Para uma compreensão da riqueza polissêmica da caridade e sua especificidade na espiritualidade cristã, cf., SBAFFI, Maio, “Caridade”, In: DE FIORES, S.–GOFFI, T., op. cit., pp. 78-88. Ver ainda: JOSAPHAT, Carlos. *Crer no amor universal. Visão histórica, social e ecumênica do ‘creio em Deus-Pai’*. São Paulo: Loyola, 2001, pp. 171-206.

de São Paulo (Cl 3,14) e através dele, os homens poderão acreditar que Deus enviou seu Filho para salvá-los (cf. Jo 17,19)<sup>23</sup>.

Esta forma de conceber e definir a caridade está profundamente sintonizada com o gesto amoroso do Deus-Pai, o qual entrega o Filho-Irmão para revelar ao mundo a fraternidade-libertadora através da paixão-morte-ressurreição. A entrega do Filho-Irmão feita pelo Deus-Pai como expressão supremamente plena da caridade, afasta todo tipo de compreensão da mesma como esmola. A esmola pode ser: um paliativo às necessidades dos irmãos/ãs que estão em situação de exclusão; dar do supérfluo que nos sobra; um tipo de assistência imediata a uma situação desumana premente. A caridade-fraternal-libertadora é: uma ação eficaz que deve libertar aos irmãos/ãs das situações de exclusão; uma ação na gratuidade que oferece tudo e o de mais precioso para o próximo, a exemplo do Deus-Pai que gratuitamente, oferece o Filho-Irmão como o mais precioso que possa ser oferecido; uma ação permanentemente contínua que devolve aos necessitados a condição de serem sujeitos de sua própria dignidade.

### **3. O culto dirigido ao Pai no Espírito Santo: o compromisso com a esperança teologal**

A espiritualidade cristã derivada da consciência da transformação do mundo no rumo da fraternidade-libertadora passa decididamente pela virtude da esperança teologal. Nesta nossa reflexão estamos vinculando o Mistério Trinitário às virtudes teologais e às ações eclesiais da Igreja: celebrar, instaurar e esperar o Reino da fraternidade. Frente às situações desumanas de não-fraternidade presentes na história e no mundo, é o Espírito Santo de filiação-fraternal que alimenta a vida dos cristãos para que não se perca o sentido da esperança. A condição filial da humanidade referenciada ao Deus-Pai é uma permanente gestação que, acontece ao longo da história pela ação Espírito Santo.

Todos os que são conduzidos pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. Com efeito, não recebestes um espírito de escravos, para recair no temor, mas recebestes um espírito de filhos

---

<sup>23</sup> Cf. CNBB. *Terra de Deus, terra de irmãos*, Texto Base da Campanha da Fraternidade de 1986, n. 161.

adotivos, pelo qual chamamos: *Abba! Pai!* O próprio Espírito se une ao nosso espírito para testemunhar que somos filhos de Deus. E se somos filhos, somos também herdeiros; herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo, pois sofremos com ele para também com ele sermos glorificados (Rm 8,14-17).

Na lógica deste texto, viver a filiação adotiva é deixar-se conduzir pelo Espírito do Deus-Pai. Destarte, a condição filial radica na própria condição humana, já que o ser humano foi criado não para ser escravo, mas filho/a. É o Espírito-Santo-de-filiação-adotiva que resgata no mais profundo do ser humano tal condição, levando-o a clamar pelo Deus-Pai. A filiação-adotiva é herança em relação ao Deus-Pai e co-herança em relação ao Filho-Irmão, já que este é o Filho unigênito (cf., Jo 1,14.18.49; 3,16-18) e o Irmão “primogênito entre muitos irmãos” (Rm 8,29b). A bela e genial afirmação da natural condição unigênita do Filho possibilita a adoção filial da humanidade. A profunda e extraordinária afirmação da primogenitura do Irmão possibilita a solidariedade humana. É destas duas possibilidades dadas pelo Deus-Pai, que o Espírito Santo recria a esperança de sermos conformes à imagem do Filho-Irmão (cf. Rm 8,29a).

A presença do Espírito Santo no seio da Igreja faz com que ela seja sinal escatológico e, sendo assim, sinal de esperança no futuro do Deus-Pai comunicado pelo Filho-Irmão (cf. Rm 5,5ss; At 1,8ss). O Espírito Santo de filiação-fraternal é: a origem fontal da esperança (Gl 5,5), a luz que possibilita o olhar com esperança (Ef 1,18), o referencial que fortalece a esperança (Rm 15,13), o inspirador do sentido orante da esperança (Rm 8,24-27).

Sendo assim, paradoxalmente, “a tribulação produz a perseverança que é uma virtude comprovada, a virtude comprovada à esperança. E a esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (Rm 5,3c-5).

É a mesma comunidade eclesial que celebra na fé e no Deus-Pai, o seu culto na liturgia eucarística, que assume o compromisso de instaurar-construir o Reino da fraternidade-libertadora sob o alicerce da caridade do Filho-Irmão que mantém viva a chama da esperança sob a inspiração do Espírito Santo<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> “Só esperança – confiança, paciência, criatividade e audácia – pode ser meio satisfatório para as pessoas humanas que trazem inscrita em seu ânimo a tensão antropológica entre o que são e o que desejam ser. Nessa tensão entre o que já tem e o que ainda se deseja, inscreve-se a esperança cristã que é uma virtude teológica. Por essa virtude experimentamos

É a caridade – Filho-Irmão –, sacramentalmente presente no coração da comunidade eclesial pela ação do Espírito Santo que sustenta a esperança no desígnio fraternal-libertador comunicado pelo Deus-Pai. É a virtude da esperança que alimenta a vida da “Igreja em face de sua identidade e destino da Salvação como “comunidade constituída de homens reunidos em Cristo e dirigidos pelo Espírito Santo em sua peregrinação para o Reino do Pai”<sup>25</sup>. A vocação e a missão da comunidade ungida pelo Espírito Santo pela mediação da esperança, é eminentemente peregrinar ao longo da história humana oferecendo esperança aos que não a têm.

A virtude da esperança referenciada à Celebração Eucarística sob a inspiração do Espírito Santo, conduz a comunidade ao compromisso de transformar no mundo e na história, todas as situações de desespero que ameaçam a vida do ser humano, em especial a vida dos empobrecidos-excluídos. É a Eucaristia, a fonte que alimenta este itinerário espiritual, no qual a comunidade vai aprendendo a mistagogia da fraternidade do repartir o pão. A comunidade eclesial não pode alimentar sua esperança desvinculada da memória eucarística, do contrário corre o risco de não ser sinal da presença do Ressuscitado. Esta presença do Ressuscitado é sempre vivificada pelo Espírito Santo como sacramento de esperança sempre renovada na sensibilidade com os empobrecidos-excluídos<sup>26</sup>. O Reino-da-fraternidade é o conteúdo reatualizado pelo Espírito Santo de filiação-fraternal na forma de uma memória viva, o qual faz com que a comunidade continue alimentando sua esperança no projeto do Filho-Irmão.

A experiência do Deus trinitário alimenta uma peculiar espiritualidade da gratuidade-esperança. É da Eucaristia, a oração por excelência da comunidade eclesial inspirada pelo Espírito Santo, que procede a esperança-gratuita que

---

a densidade teológica do tempo e abrimos o coração para além do aparente, certos de que nosso esforço não será inútil. Brota de uma promessa sobre o futuro feita no passado e realizada pelo Espírito nos fiéis”, cf., ESPEJA, Jesus, op. cit., p. 262s.

<sup>25</sup> Cf. CNBB. *Para onde vais?*, Texto Base da Campanha da Fraternidade de 1980, n. 7c.

<sup>26</sup> “A partir dos pobres, a Igreja-comunidade pode refazer e formular a esperança de que a vida, a justiça, a dignidade, a família humana são possíveis; a esperança de que o carrasco não triunfará sobre a vítima. E, mais radicalmente ainda, esperar que a esperança seja sempre uma realidade. A partir da realidade excludente do nosso mundo é que temos de voltar à Eucaristia para encontrar nela uma luz no mais profundo da nossa fé e da nossa esperança e um estímulo ao compromisso. Para os pobres e excluídos, a Eucaristia é seu lugar. E todos (as) devemos trabalhar para que assim seja: uma mesa partilhada e de gente feliz, na solidariedade; contraposta ao exemplo de um modelo de sociedade que se alegra com o acúmulo de riquezas e se conforma com a exclusão da maioria dos seres humanos”, cf. AA.VV. *Eucaristia: fonte da missão e vida solidária*, São Paulo: Paulus, 2001, nn. 151 e 156.

contempla a situação dos empobrecidos que vivem desamparados e a mercê do desespero desumano. É no limite da fraqueza humana configurada nas estruturas desumanas de não-fraternidade e desesperança, que “o Espírito socorre a nossa fraqueza. Pois não sabemos o que pedir como convém; mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis e aquele que perscruta os corações sabe qual o desejo do Espírito; pois é segundo Deus que ele intercede pelos santos” (Rm 8,26-27).

## CONCLUSÃO

A proposta de se elaborar uma reflexão na fronteira entre a teologia trinitária e a mística trinitária nos levou a perceber que a identidade da teologia cristã é sempre devedora de uma experiência trinitária do Deus revelado. De outro lado, a experiência trinitária de Deus configurada como mística trinitária busca sua fundamentação no exercício da *ratio theológica*.

Uma autêntica mística cristã traz como conteúdo da sua experiência vital os conteúdos revelados na mediação histórico-salvífico-libertadora que emana do mistério trinitário. A tipologia de um relacionamento participativo-comunicativo que caracteriza a Trindade Santa deve marcar e determinar a mística na Igreja.

A mística cristã configurada na mediação da eclesialidade da Igreja deverá ser sumamente trinitária. E, desta forma, a eclesiologia como reflexão sobre o mistério da Igreja deverá ser reflexo do mistério trinitário na mediação da teologia trinitária.

**Prof. Dr. Lisaneos Prates**

*Professor na Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção/SP.*

## BIBLIOGRAFIA

- CNBB. *A serviço da vida e da esperança*, Texto Base da Campanha da Fraternidade de 1998, n. 136.
- Cf. CNBB. *Terra de Deus, terra de irmãos*, Texto Base da Campanha da Fraternidade de 1986, n. 159c.
- ESPEJA, Jesus. *Espiritualidade cristã*, Petrópolis: Vozes, 1995, p. 227s. SOBRI-NO, Jon. *Espiritualidade da libertação. Estruturas e Conteúdos*, São Paulo: Loyola, 1992, p. 202.